



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 15771.721330/2011-40  
**Recurso n°** 1 Voluntário  
**Acórdão n°** **3802-004.143 – 2ª Turma Especial**  
**Sessão de** 25 de fevereiro de 2015  
**Matéria** PAF - MANDADO DE SEGURANÇA  
**Recorrente** SOCIEDADE BENEFICIENTE ISRAELITA BRASILEIRA - "HOSPITAL ALBERT EINSTEIN"  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Data do fato gerador: 09/10/2006

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO. INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

Com base nos arts. 16, III, e 17, do Decreto 70.235/72, não devem ser conhecidos argumentos trazidos somente em sede de Recurso Voluntário.

MANDADO DE SEGURANÇA. IDENTIDADE DE OBJETO E CAUSA DE PEDIR. EFEITOS. RENÚNCIA À INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

Diante do que dispõe o parágrafo único do art. 38 da Lei de Execuções Fiscais, o contribuinte que busca a via judicial para discutir determinada matéria renuncia à instância administrativa, não merecendo ser conhecido o recurso nesse aspecto. Incidência da Súmula CARF n° 01.

DECISÃO DA DRJ QUE RECONHECE CONCOMITÂNCIA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. ACERTO DA DECISÃO.

Não é nula a decisão que, diante da prova dos autos, reconhece nulidade por identidade de objetos entre a matéria de mérito trazida em sede impugnatória e o mandado de segurança, e não conhece da defesa do sujeito passivo.

Recurso Voluntário Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente e **negar provimento** ao recurso voluntário.

*(assinado digitalmente)*

Joel Miyazaki - Presidente da 2ª Câmara/3ª Seção.

(assinado digitalmente)

Waldir Navarro Bezerra – Redator designado *ad hoc* (art. 17, inciso III, do Anexo II do RICARF/2015).

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Mércia Helena Trajano D'amorim (Presidente), Waldir Navarro Bezerra, Claudio Augusto Gonçalves Pereira, Bruno Mauricio Macedo Curi (Relator), Francisco Jose Barroso Rios e Solon Sehn.

## Relatório

Preliminarmente, ressalta-se que nos termos do artigo 17, inciso III, do anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF/2015, fui designado como redator *ad hoc* (fl. 169), para formalização do respectivo Acórdão, considerando o resultado do julgado, conforme o constante da ATA da respectiva sessão de julgamento.

A Recorrente SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA "HOSPITAL ALBERT EINSTEIN", interpôs o presente Recurso Voluntário contra o Acórdão nº 07-33.575, proferido em primeira instância pela 1ª Turma da DRJ em Florianópolis/SC, que **não conheceu a impugnação** quanto à matéria de mérito objeto de enfrentamento concomitante na instância administrativa e na esfera judicial. Também, que conheceu e julgou procedente a impugnação quanto à incidência de juros de mora.

Por bem explicitar os atos e fases processuais ultrapassados até o momento da análise da impugnação, adota-se o relatório elaborado pela autoridade julgadora *a quo*:

*Trata o presente processo de autos de infração lavrados para constituição de créditos tributários no valor de R\$ 629.910,32 referentes às contribuições PIS/Pasep-importação, Cofins-importação e respectivos juros de mora.*

*Depreende-se da descrição dos fatos dos autos de infração que a interessada registrou a Declaração de Importação nº 06/12160852 em 09/10/2006 para amparar a importação de mercadorias.*

*A interessada ingressou com Mandado de Segurança nº 2006.61.00.0190369 (fls. 104 a 116). Conforme despacho à folhas 16, foi autorizado pelo Poder Judiciário o depósito judicial dos tributos incidentes na importação. Não se tem notícias, nos autos, do trânsito em julgado.*

*Considerando que o caso concreto não é de aplicação de "imunidade" foi lavrado o auto de infração em apreço para a constituição do crédito tributário relativo às contribuições incidentes nas importações realizadas pela interessada.*

*Cientificada a interessada apresentou impugnação na qual alega, em síntese, que:*

*A exigibilidade do crédito tributário lançado encontra-se com a exigibilidade suspensa por força da tutela recursal concedida no Agravo de Instrumento nº 2006-03.00.097433-0, tendo efetuado o depósito do montante integral dos tributos discutidos.*

*O auto de infração deve ser declarado insubsistente, pois é entidade imune, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional cumprindo com os requisitos por eles determinados. A jurisprudência ampara sua defesa.*

*Contesta o lançamento de juros de mora sob a alegação de que a exigibilidade do crédito está suspensa e, por conseqüência, os juros de mora não podem ser cobrados, não havendo que se falar em mora. Foi realizado o depósito do montante integral dos tributos discutidos.*

*Requer seja declarada a insubsistência do auto de infração, ou afastados os juros moratórios.*

*Este é o Relatório.”*

Indeferida a impugnação apresentada, o órgão julgador de primeira instância sintetizou as razões para a procedência do crédito tributário na forma da ementa que segue:

*ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL*

*Data do fato gerador: 09/10/2006 AÇÃO JUDICIAL. EFEITOS.*

*A propositura de qualquer ação judicial anterior, concomitante ou posterior a procedimento fiscal, com o mesmo objeto do lançamento, importa em renúncia ou desistência à apreciação da mesma matéria na esfera administrativa. Assim, o apelo interposto pelo sujeito passivo não deve ser conhecido no âmbito administrativo.*

*ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*

*Data do fato gerador: 09/10/2006*

*CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REALIZAÇÃO DE DEPÓSITO JUDICIAL DO MONTANTE INTEGRAL ANTES DO FATO GERADOR. EXIGIBILIDADE SUSPensa. INAPLICÁVEIS OS JUROS DE MORA.*

*Inexigíveis os juros de mora quando ocorre o depósito judicial do montante integral antes do fato gerador do respectivo tributo.*

*Impugnação Procedente em Parte*

*Crédito Tributário Mantido em Parte*

Cientificada acerca da decisão exarada pela 1ª Turma da DRJ de Florianópolis – DRJ/FNS, a interessada interpôs o presente Recurso Voluntário, no qual pede: (i) o sobrestamento do processo administrativo até julgamento final do mandado de segurança; (ii) nulidade da decisão recorrida por ausência de renúncia à instância administrativa; e, por fim, (iii) a insubsistência do referido auto de infração.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Waldir Navarro Bezerra, redator *ad hoc* designado para formalizar a decisão (fl. 169), uma vez que o Conselheiro Relator Bruno Maurício Macedo Curi, não mais compõe este colegiado e que a respectiva Turma Especial foi extinta, retratando hipótese de que trata o artigo 17, inciso III, do Anexo II, do Regimento Interno deste CARF, aprovado pela Portaria MF no 343, de 09 de junho de 2015.

Ressalvado o meu entendimento pessoal, no sentido de dar a este e a outros processos nessa situação tratamento diverso.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade e tempestivamente interposto, nos termos do Decreto nº 70.235/72, conheço parcialmente do Recurso e passo à análise de apenas parte das razões recursais.

O presente Recurso Voluntário, como indicado ao final do relatório, divide-se em três itens:

- (i) O sobrestamento do processo administrativo até julgamento final do mandado de segurança;
- (ii) A nulidade da decisão recorrida por ausência de renúncia à instância administrativa; e, por fim,
- (iii) A insubsistência do referido auto de infração.

Ocorre que o item (i) foi trazido somente em sede recursal, revelando-se inovações argumentativas.

Restam aplicáveis, portanto, os arts. 16, III, e 17, do Decreto 70.235/72, de modo que inviável conhecer tais alegações sob pena de supressão de instância.

Ao seu turno, o item (iii) também não merece ser conhecido, dado que efetivamente há identidade de objetos entre o mérito do recurso e o mandado de segurança.

Veja-se:

Verifica-se nos autos, junto a impugnação, haver sido feita a juntada da petição inicial do writ, que originou o Mandado de Segurança nº 2006.61.00.019036-9 impetrado perante a 24ª Vara Cível Federal da Seção de São Paulo (SP), bem como do pedido do Agravo de Instrumento e cópias dos respectivos depósitos judiciais integrais referentes aos tributos devidos, que estão integralmente anexada aos autos às fls. 30 e seguintes do processo digital, que permite tal constatação.

Segue transcrito abaixo um trecho da peça inicial elaborado pela Recorrente ao Juízo que já elucida a matéria:

*"(...) DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA*

*A Constituição Federal estabelece as limitações constitucionais ao poder de tributar, prevendo os casos de imunidade tributária,*

*entre as quais dispõe as abaixo transcritas, na qual, como veremos, se enquadra perfeitamente a Impetrante.*

*Estabelece o artigo 150, VI, "c" da Constituição Federal:*

*"Art. 150 — Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

*(...)*

*VI— instituir impostos sobre:*

*(...)*

*c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei." Já o parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal, assim dispõe:*

*(...)"*

*Já o parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal, assim dispõe:*

*"Art. 195 (...)...:*

*§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei."*

Merece destaque o contido no Relatório e Voto da Decisão DRJ às fls. 145/150, ficando consignado que (grifou-se):

*"(...) Como se vê pela descrição dos fatos do auto de infração, a matéria relativa às contribuições PIS/PASEP importação e Cofins importação foi objeto de propositura, pela interessada, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial, com base na alegação de que se trata de entidade imune.*

***Necessário mencionar que a impetração pela interessada de ação judicial contra a autoridade fazendária importa em renúncia à discussão nas instâncias administrativas sobre a mesma matéria"***

De toda sorte, resta clara a identidade de objetos (que inclusive levaram o Recorrente a pedir o sobrestamento do processo até decisão final do mandado de segurança), o que torna inviável o conhecimento do Recurso nesse aspecto.

Assim, cabível o conhecimento e julgamento do item **(ii)** do Recurso Voluntário, relativo a nulidade da decisão recorrida por haver reconhecido a renúncia à esfera administrativa diante da impetração do mandado de segurança pelo contribuinte.

Então, vamos a ele.

***Da nulidade da decisão recorrida por haver reconhecido a renúncia à esfera administrativa***

Ora, compulsando os autos fica claro que sua demanda judicial está restrita ao **direito à imunidade tributária** com base no artigo 150, inciso VI, alínea “c” e à isenção declarada no artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal, guereado na medida liminar indeferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2006.61.00.019036-9, impetrado perante a 24ª Vara Cível Federal de São Paulo, para alegar seu direito à imunidade tributária fulcrada no artigo 150, inciso VI, alínea “c” e à isenção insculpida no artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal.

Naquela demanda, após ter sido indeferido seu pedido de antecipação de tutela, o contribuinte interpôs novo recurso junto àquele Juízo para proceder os respectivos depósitos judiciais no montante devido dos tributos em discussão, para o desembaraço das mercadorias, o que foi deferido pela Justiça.

Pois bem.

Diante disso, todas as suas alegações na esfera administrativa quanto ao tema deixam de ser passíveis de análise, conforme inteligência do art. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979 e o artigo 38, parágrafo único da Lei nº 6.830, de 1980, dada a absoluta identidade de discussão com a matéria tratada na via judicial.

Acertada, portanto, a decisão recorrida ao reconhecer a renúncia à esfera administrativa.

Apenas aproveito o ensejo para transcrever o art. 38 e seu parágrafo único, da Lei de Execuções Fiscais, por serem de clareza hialina:

*Art. 38 - A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em execução, na forma desta Lei, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.*

*Parágrafo Único - A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto. (grifei)*

Não por outro motivo o CARF editou a **Súmula nº 01**, na qual restou consignado que:

*Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.*

Assim, não há nulidade a ser reconhecida sobre a decisão originária que, acertadamente, reconheceu a existência de concomitância entre o argumento de mérito da impugnação e o mandado de segurança impetrado pelo sujeito passivo.

### **Conclusão**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 29/10/2015 por WALDIR NAVARRO BEZERRA, Assinado digitalmente em 17/11/20

15 por JOEL MIYAZAKI, Assinado digitalmente em 29/10/2015 por WALDIR NAVARRO BEZERRA

Impresso em 17/11/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Processo nº 15771.721330/2011-40  
Acórdão n.º **3802-004.143**

**S3-TE02**  
Fl. 173

---

Ante todo o exposto, conheço parcialmente do Recurso Voluntário para NEGAR-LHE provimento.

Formalizado o voto em razão do disposto no artigo 17, inciso III, do Anexo II do RICARF/2015, subscrevo o presente.

*(assinado digitalmente)*

Waldir Navarro Bezerra – Redator *ad hoc*.